



# Funai descentralizada, índios na aldeia. Será?

**Idéia é ampliar ação do órgão no interior, afastando os indígenas de Brasília. Mas as dúvidas são muitas: entre elas, o medo de ficarem as tribos à mercê da corrupção**

Após enfrentar crises sucessivas dentro de um verdadeiro caos administrativo, marcado pela falta crônica de recursos, denúncias de corrupção, desencontros entre as várias correntes do indigenismo e a constante invasão de índios na sua sede em Brasília, a Funai passa agora por um processo de descentralização.

Essa reestruturação foi a condição apresentada pelo sertanista Apoena Meirelles quando aceitou, em outubro passado, o convite feito pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, para presidir a Fundação. Mas Apoena não chegou a acompanhar o processo de descentralização. Alegando morosidade no ritmo de implantação do programa e falta de apoio do Ministério da Administração para resolver a situação dos funcionários que serão atingidos pela reestruturação, Apoena, no dia 17 de abril, pediu demissão do cargo. Costa Couto fez um apelo para que ele permanecesse por mais trinta dias, pelo menos, mas, no dia 2 de maio, Apoena recebeu um telefonema da chefia do gabinete do Ministério comunicando sua exoneração e a nomeação do sexto presidente da Funai no governo Sarney, o economista Romero Jucá Filho, 31 anos, que dirigia o Projeto Rondon.

Apoena, que conseguiu permanecer na Funai durante sete meses, um recorde no atual governo, ficou magoado com a atitude precipitada do ministro. Além da morosidade alegada pelo sertanista — “o Ministério anda a 20 por hora, enquanto eu, a 200” —, pesaram, ainda, no seu afastamento divergências entre ele e Costa Couto na escolha dos superintendentes regionais e do coordenador de assuntos fundiários, que integrarão a nova estrutura administrativa da Fundação.

O anúncio da descentralização, que prevê a criação de seis superintendências regionais em pontos estratégicos do país, para que o índio seja atendido

Paulo Sant'Ana/Agil



*Índios Gavião, do Pará: padrão de vida já ao estilo dos brancos*

próximo de sua aldeia, tem levantado muita polêmica.

Descentralizar poderá significar a atualização da Funai, com a transferência gradativa da tutela hoje exercida pela União aos governos estaduais? Esta é a grande preocupação já manifestada por algumas entidades de apoio ao índio, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e alguns líderes indígenas, como o assessor especial para assuntos indígenas do Ministério da Cultura, Marcos Terena. O raciocínio é lógico: deixando a resolução de problemas básicos das comunidades indígenas — caso da terra, por exemplo — nas mãos de funcionários da Funai, fica fortalecida a posição de fazendeiros e políticos. Fica fortalecida, também, uma de suas armas preferidas contra os índios: a corrupção.

**Falta de iniciativa** — Desde a sua

criação, no começo da década passada, a Funai, que substituiu o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), vinha enfrentando crises sucessivas que acabaram por desgastar a sua imagem de órgão responsável pela tutela dos índios que vivem hoje no Brasil — cerca de 220 mil —, nos mais diversificados graus de aculturação.

Especialmente a partir da década de 70, com a construção de dezenas de rodovias e estradas que cortaram as áreas indígenas, algumas das quais ainda sem qualquer contato com a civilização, a Funai foi acumulando uma série de dificuldades para atender às comunidades indígenas. Para a Fundação foram designadas pessoas sem tradição no trato com o índio, ao mesmo tempo em que os seus programas sempre acabavam se chocando com as diretrizes dos órgãos de desenvolvimento, inclu-



Xavantes formam novos guerreiros: uma cultura já ameaçada

sive do próprio Ministério do Interior, como a Sudam e a Sudeco, empenhadas na ocupação das novas fronteiras agrícolas que surgiam.

Muitas tribos reagiram a esta situação, enquanto outras quase foram dizimadas, como é o caso dos índios parakanãs, que vivem na rota da rodovia Transamazônica. Ao mesmo tempo, desencadeou-se um processo de reação de indigenistas e antropólogos, com a conseqüente criação de entidades de apoio ao índio. Em meio às pressões de índios, indigenistas, empresários e órgãos de governo, e sem o apoio governamental necessário, a Fundação foi se transformando num órgão inviável. Nos seis anos do governo Figueiredo desfilaram pela sua presidência seis dirigentes, que sempre acabavam demitidos ou desistindo espontaneamente da função. O atual governo bateu o re-

corde do troca-troca e, em pouco mais de um ano de Nova República, Apoena foi o quinto ocupante do cargo.

Ao tomar posse em outubro passado, Apoena deixava claro que só permaneceria à frente da Funai se o governo desencadeasse, de imediato, o programa de descentralização que ele propunha. Ele defendia que o problema da Funai era de ordem estrutural e não de nomes e, por isso, “nem o marechal Rondon seria capaz de administrar o órgão” da forma como se encontrava. No dia 12 de fevereiro, irritado com a falta de iniciativa do governo, que não havia dado até então sinal de aprovação do projeto de descentralização que apresentou ao ministro do Interior, o ex-presidente da Funai entregou a Costa Couto uma carta de demissão, “em caráter irrevogável”, onde dizia: “Nada consegui realizar em prol da institui-

Kim-ir-Sem/Agil



Reuniões no DF: má herança

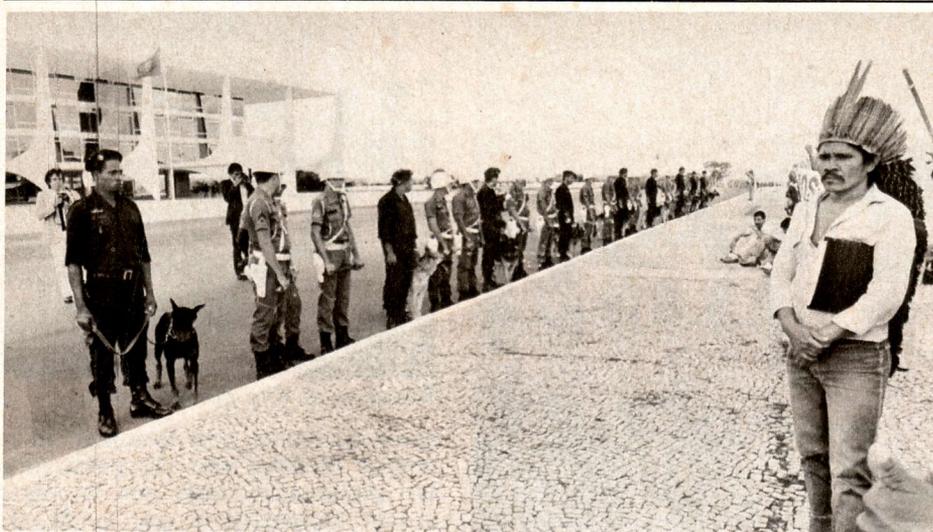
ção e dos índios, pois as mudanças que sempre idealizei não são possíveis de ser implantadas, quer por fatores de ordem orçamentária ou, ainda, por pressões políticas oriundas dos diversos segmentos da sociedade”.

Apoena queixava-se, ainda, que seu trabalho vinha sendo dificultado pelos “profissionais do índio”, identificados por ele como pessoas “carentes de idéias e de ideologia duvidosa, incompetentes, irresponsáveis e propulsoras de focos de agitação e constantes confrontos entre tutelados e dirigentes do órgão”. As pessoas e entidades acusadas pelo sertanista devolveram a acusação, afirmando que Apoena pretendia perpetuar uma política indigenista paternalista que desconhece o poder de mobilização e o grau de politização atingido pelo índio, preferindo acreditar que por trás dos movimentos de índios estão sempre os brancos manipuladores.

Além das pressões dessas correntes do indigenismo que discordam de sua linha política, Apoena herdou um sério problema: as centenas de índios, especialmente do grupo Xavante, que se acostumaram a frequentar os gabinetes da Funai em Brasília, onde, por insistência e até por pressão, sempre conseguiam pequenos e grandes favores, que iam desde calções e anzóis até tratores, caminhões e doações em dinheiro não previstas no orçamento da Fundação para as aldeias. Enquanto esses índios conseguiam tudo por conhecerem de perto os meandros da estrutura viciada da Funai, centenas de tribos brasileiras, sem acesso ao poder branco, continuavam sem recursos e sem o apoio do órgão tutor.

Só agora, com o anúncio da descentralização, endossada pelo presidente José Sarney, o governo decidiu dar um basta a este tipo de pressão, que inclusive vem prejudicando outros movimentos indígenas com uma visão mais ampla da questão do índio no Brasil. Mas os xavantes continuaram a reagir,

André Dinck/Agil



Duda Bentes/Agil

Aparato policial em Brasília: como na Velha República

liderados pelo deputado Mário Juruna. A Funai publicou na imprensa, no começo de abril, um edital anunciando que a partir daquela data não mais arcaria com as despesas de índios nos restaurantes e hotéis de Brasília, onde se hospedavam às vezes até 500 índios às custas do órgão tutor. De imediato, conseguiu com isso reduzir para 52 o número de índios na cidade, mas, poucos dias depois, um grupo de xavantes invadiu novamente um dos hotéis, e o proprietário do restaurante freqüentado pelos índios, na cidade-satélite do Núcleo Bandeirante, foi obrigado a fechar o estabelecimento, que foi também invadido por índios. Armados de bordunas eles exigiram que o proprietário lhes servisse almoço.

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, acredita que essas manifestações irão diminuir quando os índios passarem a ter assistência nas superintendências regionais em fase de implantação. Na sua opinião, com o decreto assinado pelo presidente José Sarney mudando os estatutos da Funai, o governo está realizando "uma cirurgia administrativa no órgão".

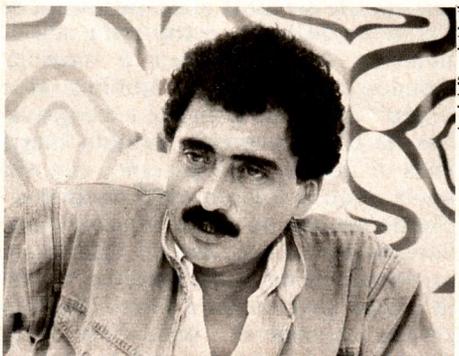
**Mudança gradativa** — De acordo com o Decreto 92.470, aprovado a partir dos trabalhos da comissão interministerial criada para estudar o processo de descentralização do órgão, as superintendências regionais terão condições plenas para atender e assistir os índios em suas aldeias, na execução dos programas e projetos de educação, de saúde, de agricultura, de desenvolvimento comunitário, de levantamento e uso dos recursos naturais existentes nas áreas indígenas e na identificação, demarcação e regularização das terras indígenas. Esta última atividade será sempre executada, como garante o ministro do Interior, sob a coordenação

da Superintendência de Assuntos Fundiários, que funcionará em Brasília.

O decreto extinguiu a superintendência executiva da Funai, as diretorias de patrimônio, assistência e administração e as delegacias regionais. Em seu lugar criou, junto à presidência da Funai, uma superintendência geral e uma superintendência de assuntos fundiários e, como órgãos executivos, seis superintendências regionais, com sedes em Recife, Manaus, Belém, Curitiba, Goiânia e Cuiabá.

O decreto assinala que a implantação dessa nova estrutura será feita de forma gradativa, levando-se em conta as características e peculiaridades das populações indígenas e as disponibilidades de recursos humanos e financeiros. Mas o próprio Ministério do Interior adiantou que até o final do ano deverão estar em pleno funcionamento todas as superintendências regionais.

O Ministério do Interior quer transferir para as superintendências regionais os programas de assistência aos índios, concedendo a elas ampla autonomia. A regularização das áreas indígenas, no entanto, continuaria a ser uma tarefa do governo federal. Cada área a ser criada será analisada pelo



André Dausk/Agil

Apoena: "A sangria é insustentável"

Minter e pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e depois submetida à aprovação do presidente José Sarney. Para a implantação da nova estrutura da Funai, o ministro Costa Couto estima que serão necessários recursos adicionais de Cz\$ 100 milhões, que estão sendo negociados com a Seplan.

O decreto presidencial que alterou o estatuto da Funai também autoriza o presidente da Fundação a fixar sua administração nas cidades onde funcionarão as superintendências, dependendo dos programas em execução. Este sistema itinerante já vinha sendo adotado pelo sertanista Apoena, que acabou, na época, decidindo permanecer à frente da Funai, atendendo aos apelos do ministro do Interior, mas depois de anunciar que só voltaria a ocupar sua cadeira na presidência da Funai quando encontrasse condições de trabalho.

Antes de deixar Brasília, no começo de março, Apoena declarou: "Não sentarei na cadeira da presidência da Funai para administrar o caos. Brasília, em termos de Funai, não existe mais. Não há ordem, disciplina, respeito e hierarquia. Há bandos de índios extorquindo dinheiro dos cofres públicos numa época de austeridade plena. A sangria nos cofres da Funai é insustentável e sempre capitaneada pelos mesmos índios".

Apoena mostrava-se particularmente irritado com a movimentação dos índios xavantes, que no início do mês chegaram a invadir a sede do órgão em Barra do Garças e ameaçaram funcionários em Brasília. "Não podemos ceder diante da violência e da pressão exercida pelos xavantes, que na verdade representam um grupelho inconformado com o plano de descentralização", disse ele. A mesma posição foi defendida pelo ministro Costa Couto: "A Funai não pode centrar seu trabalho no atendimento dos mil índios que vêm a Brasília, em prejuízo dos demais 220 mil indígenas que enfrentam sérios problemas em suas áreas". Com o apoio do ministro, no dia 9 de abril, Meirelles chegou a pedir que a Polícia Federal retirasse os índios do prédio do órgão em Barra do Garças e garantisse a integridade da sede e dos funcionários do órgão em Brasília.

**Feudos políticos** — "Se o problema é descentralizar o poder para que o índio não necessite vir a Brasília, por que não fortalecer as estruturas regionais que a Funai já tem em cada região?" Esta é a pergunta que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) faz ao contestar a decisão do governo de

promover a descentralização do órgão. “É sabido” — denunciam os missionários — “que quanto mais próximo estiver das aldeias o poder de decisão sobre as terras indígenas, mais força terão exatamente as oligarquias rurais”.

Para os missionários, que já levaram suas preocupações à CNBB, através de documento entregue aos bispos, a proposta do governo “parece muito mais uma forma de ganhar tempo, um engodo e uma maneira de calar os índios e isolá-los”. Tomada a decisão política de demarcar as terras indígenas — explicam os missionários — “bastaria cercar a Funai de pessoas competentes, acelerar a tramitação burocrática dos processos de demarcação de terras, abandonar a prática do suborno e da violência policial no trato da questão indígena e adotar um tratamento democrático na solução dos impasses e conflitos”.

O Cimi condena também o governo por não ter discutido amplamente com as lideranças indígenas o processo de descentralização em curso. E afirma que qualquer reforma administrativa só terá êxito se executada com a participação dos grupos e movimentos indígenas e de pessoas e organismos de comprovada solidariedade com a causa.

Para o Cimi, o motivo fundamental dos impasses reside na não solução do problema da demarcação das terras indígenas. “Apesar das promessas de presidentes e ministros dos últimos governos”, observam os missionários, “nunca se levaram a sério as determinações do artigo 198 da Constituição Federal e da Lei 6.001 — o Estatuto do Índio —, que estabelecem o ano de 1978 como prazo final para a conclusão de todas as demarcações de terra”.

Também contrário à descentralização, um grupo de índios xavantes, liderado pelo deputado Mário Juruna, entregou ao ministro do Interior um documento, onde afirmam que esta é mais uma tentativa “de extinguir a Funai e, conseqüentemente, as nações indígenas” e alertam para o perigo de as superintendências regionais se transformarem em “feudos políticos regionais”. Para eles, com a aplicação dessas medidas, “nada mais conterà a sanha de políticos espúrios e declaradamente antiíndigenas. Estaremos novamente — temem os índios — “nas mãos de grileiros, fazendeiros, políticos corruptos, mineradores, e vulneráveis a toda sorte de violências oriundas das tentativas de tomar os territórios indígenas”.

**Pior, impossível** — Já outros índios encaram o programa com simpatia. É

o caso do coordenador da União das Nações Indígenas (Uni), o índio Ailton Crenaque, que, da mesma forma que Edvaldo Carajá e Valdomiro Xerente, aprova a medida. O coordenador da Uni disse que, através das superintendências, as tribos serão melhor atendidas, pois ficarão mais próximas do poder decisório, antes concentrado em Brasília. Os três não concordam com a atitude dos xavantes que invadiram as instalações da Funai, afirmando que “saques e atos de violência só contribuem para denegrir a imagem do índio perante a opinião pública”. Eles defendem que já acabou o tempo “de se usar bordunas” como arma para se conseguir alguma coisa para o índio. “O momento exige um diálogo amplo”, afirma Edvaldo Carajá. Ao apoiar o programa de descentralização, ele frisou: “Piorar a Funai é impossível”.

Em meio ao apoio e às desconfianças, o governo inicia um programa que, somente para a implantação da superintendência de Curitiba, por exemplo, exigirá a aplicação de Cz\$ 35 milhões. Apoena Meirelles afirma que a Funai, hoje com 3 mil funcionários no país, precisaria aumentar em pelo menos três vezes este número. Os funcionários também estão mal distri-



Educação: ainda precária

buidos. Só em Brasília eles chegam a 400, enquanto faltam técnicos indígenas, enfermeiros, médicos e professores nas áreas indígenas. E, em função da constante troca de dirigentes, os atuais funcionários estão desmotivados, pois a maior parte dos projetos elaborados nos últimos anos não teve prosseguimento.

As divergências nas diversas correntes do indigenismo também contribuíram para as constantes mudanças e demissões. Caía um presidente da Funai e com eles seus assessores de confiança. Em seguida, era nomeado outro grupo e começavam as retaliações. Com isso, programas eram prejudicados, e até ignorados. A própria descentralização da Funai foi uma bandeira levantada por vários presidentes do órgão, mas nenhuma medida concreta chegou a ser adotada. Alguns presidentes, como Álvaro Villas-Boas, que antecedeu Apoena Meirelles, ficaram no cargo pouco mais de dois meses, prazo insuficiente para que os projetos saíssem dos gabinetes de Brasília.

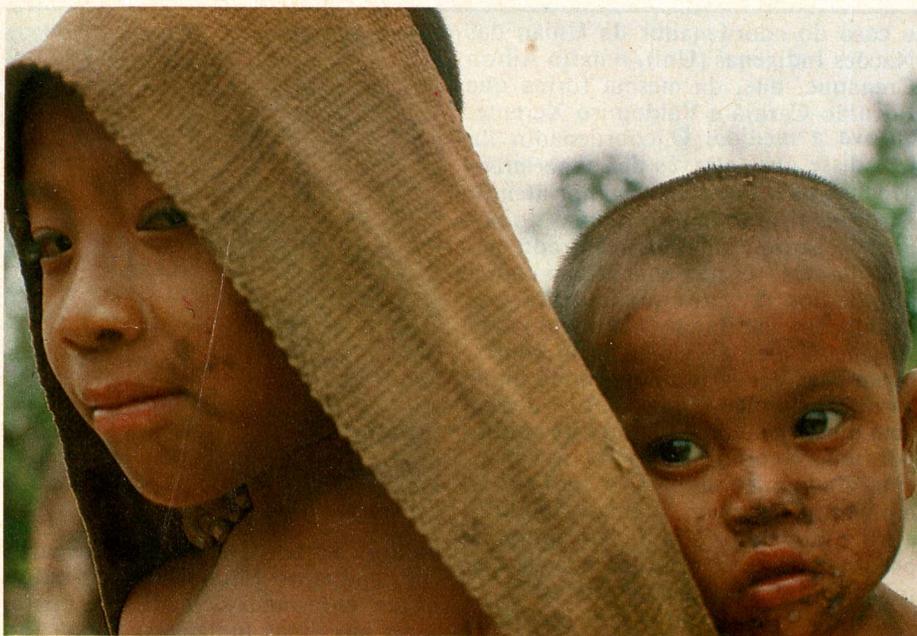
A Funai anuncia seu programa de descentralização num momento em que os índios vivem situações bastante diversificadas, não apenas em termos de necessidades básicas, mas também quanto aos diferentes graus de aculturação. No Brasil, enquanto já existem índios com curso superior e até um deputado-índio, ainda há, de acordo com levantamento feito pelo sertanista Sidney Possuelo, cerca de 40 grupos totalmente arredios. Estes índios, até agora, foram poupados do contato com o branco e a política da Funai tem sido a de só iniciar o processo de atração quando eles são ameaçados pela proximidade das frentes pioneiras. Existem grupos arredios no estado do Amazonas, como os Marubo e Maioruna; em Roraima, entre os Ianomami; e os Cinta-Larga, em Rondônia.



Terena: “O problema é a terra”



Jucá: “Demarcação é prioridade”



Kim-If-Sam/Agil

*Crianças suruis, RO: longe do poder e carentes de assistência*

Há grupos que já têm contato permanente com a Funai e esporádico com o branco. A assistência da Fundação a esses grupos é imprescindível, pois nessa fase os índios ainda não têm resistência às doenças que adquirem do branco e correm o risco de ter contato com pessoas inescrupulosas. Muitos desses índios foram contatados na década de 70, quando foram construídas rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Manaus-Caracará e a Xavantina-Cachimbo. Grupos como os Parakanã, do Pará, atraídos durante a construção da Transamazônica, e os Krenhacore, na rota da Cuiabá-Santarém, pelos sertanistas Cláudio e Orlando Villas-Boas por pouco não foram dizimados pelas doenças que contraíram. Os Krenhacore, quando já estavam reduzidos a menos de cem indivíduos, foram transferidos para o Parque do Xingu, onde tiveram sua sobrevivência garantida, e os Parakanã, após enfrentarem, no início do contato, até doenças venéreas, recomeçaram a construir suas roças reativando a vida tribal.

Ao lado desses grupos, existem os índios já em processo de integração, como os xavantes, xerentes e os terenas que, mesmo vivendo num sistema tribal, já mantêm contato permanente com o branco, compreendendo melhor os valores da sociedade envolvente.

Há ainda os índios destribalizados, mas que continuam pleiteando a assistência da Funai como tutelados. A atual administração já deixou claro, no entanto, que o órgão quer voltar a sua atenção, particularmente, para os

índios menos aculturados, que precisam mais da presença do órgão tutor.

**Emancipação manobrada** — A comissão interministerial que está discutindo a descentralização da Funai, também está analisando a questão da emancipação dos índios que já não precisariam da tutela da fundação. O secretário-geral do Ministério do Interior, Maurício Vasconcelos, disse que este deverá ser um assunto para ser discutido pela Assembleia Nacional Constituinte, mas o GT pretende encaminhar subsídios para a comissão da Constituinte. O assessor para assuntos indígenas do Ministério da Cultura, Marcos Terena, acha que a maior preocupação dos índios com a emancipação está ligada à garantia das terras indígenas. Ele teme que muitas emancipações possam ser forçadas com o claro objetivo de liberar estas terras. Manobras nesse sentido chegaram a ser feitas durante o governo Ernesto Geisel, quando era ministro do Interior Maurício Rangel Reis. Houve uma tentativa de alterar o Estatuto do Índio, de forma que a iniciativa da emancipação pudesse partir do governo e não apenas do próprio índio, como estabelece a Lei 6.001.

O secretário-geral do Minter acha que o Estatuto do Índio está ultrapassado, pois hoje a realidade indígena no Brasil é outra e, por isso, o assunto deveria ser tema da Constituinte. Os técnicos do Minter ponderam que o fato de o índio ser relativamente incapaz perante a lei acaba prejudicando ele próprio, quando vive em contato permanente com a sociedade nacional. “Como pode, por exemplo, um legislador,

como o Mário Juruna, e um assessor de ministro, como Marcos Terena, serem considerados relativamente incapazes?”, argumentam. Muitas empresas, devido a essa legislação, evitam contratar índios, mesmo quando eles estão preparados, porque eles jamais poderão ser penalizados caso incorram em faltas.

**“Cabide de empregos”** — Em meio às mudanças na Funai e às opiniões das várias correntes do indigenismo, todos concordam em um ponto: a política indigenista brasileira vinha enfrentando uma crise sem precedentes, num momento em que se instalou uma Nova República no país. Fruto de uma linha de ação governamental que desprezou os programas de cunho social para privilegiar as ações no campo econômico, a Funai, desde a sua criação, funcionou como “cabide de empregos” para militares reformados. Foi considerada como filha não desejada do Ministério do Interior, por dificultar os programas voltados para a conquista “a toque de caixa” da Amazônia e, por isso, os governos anteriores nunca quiseram levar a sério as mudanças que se faziam necessárias. Para se ter uma idéia do tratamento que se dava ao índio no começo da década de 70, basta dizer que o governo, em alto e bom tom, dizia que o índio não podia ser “um entrave ao processo de desenvolvimento do país”.

Com a Nova República muitos esperavam que fossem tomadas medidas imediatas para consertar a Funai, mas, as crises foram se sucedendo e agora, sem mais alternativas, o governo resolveu encampar um projeto já antigo, que divide as opiniões: enquanto uns acham que ele é a salvação dos índios, outros consideram que a descentralização vai apenas tornar menos visíveis os problemas.

O novo presidente da Funai, Romero Jucá Filho, garante que vai dar continuidade ao programa de descentralização, mas ele já assume sofrendo pressões de setores indigenistas, como o Cimi, que encaram com desconfiança a nomeação de uma pessoa totalmente desvinculada da problemática indígena. Os missionários temem que o governo, ao escolher um técnico com experiência em trabalhos de apoio comunitário, queira ressuscitar a política da rápida integração do índio na sociedade nacional, defendida com ênfase durante o governo Geisel. Resta saber se Jucá resistirá às pressões ou se vai engrassar a lista de ex-presidentes desencantados que desfilaram pela Funai.

*Eliana Lucena, de Brasília*